

AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM QUESTÃO

Gilda Maria Whitaker Verri *
Fernanda Ivo Neves **

Diagnóstico da situação das bibliotecas públicas nordestinas. Sugestões para a modificação da realidade, extraídas do estudo comparativo dos sistemas da Jamaica, França e Dinamarca.

1 – INTRODUÇÃO

A UNESCO, em manifesto sobre a Biblioteca Pública, coloca-a como *“força viva a serviço do ensino, da cultura e da informação e como instrumento indispensável para fomentar a paz e a compreensão internacional”*.

Deve, portanto, a biblioteca pública assumir, perante a população urbana e rural, o papel de polo natural e gerador de cultura. Seus recursos gráficos devem ser múltiplos e sua capacidade de atuação deve atingir todas as camadas da população.

Este trabalho pretende diagnosticar a situação das bibliotecas públicas do Nordeste e sugerir algumas medidas para a melhoria dos seus serviços. Essas medidas são resultantes da comparação de sistemas em funcionamento em outros países e das necessidades de nosso próprio desenvolvimento cultural. Para o estudo comparativo tomaram-se por base três países, Jamaica, França e Dinamarca, cujos sistemas se assemelham. Utilizaram-se fontes secundárias para reforço das observações *in loco*.

Preende-se ressaltar o papel de destaque que a biblioteca ocupa nos programas governamentais de educação e cultura e sua potencialidade de participação no desenvolvimento da comunidade.

* Bibliotecária da SUDENE – Departamento de Recursos Humanos.

** Professora do Curso de Biblioteconomia da UFPe – Universidade Federal de Pernambuco.

No momento em que a Biblioteca Pública ocupar o lugar que lhe cabe nos programas de educação, o Brasil poderá organizar o seu sistema Nacional de informação e participar de programas a nível internacional.

2 – SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO NORDESTE

O quadro das bibliotecas públicas nordestinas – em sua grande maioria – pode ser assim caracterizado:

2.1 – incompreensão dos poderes públicos com o desenvolvimento das bibliotecas, e, como conseqüência, a insignificante dotação orçamentária, do que resulta um completo descompasso com a produção editorial brasileira e uma incapacidade, por parte das bibliotecas, de atender às necessidades da população de baixo poder aquisitivo;

2.2 – inexistência de bibliotecas escolares, e, como conseqüência, a não-formação de hábitos de leitura, do que decorre o baixo aproveitamento do potencial das bibliotecas públicas;

2.3 – falta de centralização de serviços técnicos, acarretando o aumento do custo dos mesmos e provocando uma repetição desnecessária de tarefas em todas as unidades;

2.4 – falta de regulamentação que fomente o empréstimo interbibliotecário e que permita uma melhor cooperação entre as bibliotecas públicas e as especializadas – o que proporcionaria maior dinamização dos acervos e melhor atendimento a todos os usuários;

2.5 – deficiência de instalação de conforto ambiental, de equipamento e de mobiliário;

2.6 – insuficiência de pessoal qualificado para o atendimento ao usuário e preparação de programas de animação.

3 – SITUAÇÃO EM OUTROS PAÍSES

Os fatores que estão condicionando a inoperância atual das bibliotecas públicas do Nordeste constituem um desafio que vários países conseguiram vencer.

Para se compreender os sistemas de bibliotecas em outros países vale comparar aspectos essenciais.

3.1 – ESTRUTURAS

a) – Como estrutura organizacional, a Jamaica, desde 1949 criou, por lei, um Serviço Nacional de bibliotecas, responsável pelo estabelecimento, manutenção, controle e operação de bibliotecas Públicas. Foram criados também os conselhos estaduais, com atribuições de supervisão das bibliotecas municipais. O suporte financeiro das bibliotecas é de responsabilidade do governo central e estadual.

Há um conselho nacional constituído de nove membros, entre os quais o Ministro da Educação e um representante dos conselhos estaduais. O Serviço de Bibliotecas é dirigido por um diretor. Os conselhos estaduais são constituídos de oito membros, dos quais cinco são indicados pelo conselho nacional e três pelo estadual. Cada biblioteca mantém comitês, dos quais participam membros da comunidade.

b) – Na França, a Direção de Bibliotecas e da Leitura Pública é um organismo ligado ao Ministério da Educação, cujo objetivo é o de harmonizar, no conjunto do país, as atividades das diferentes bibliotecas. O suporte financeiro das bibliotecas municipais é encargo da Direção e dos próprios municípios, sendo estabelecida uma proporção, com base no orçamento municipal.

c) – Data de 1920 a primeira lei sobre bibliotecas Públicas da Dinamarca. Em 1964 foi promulgada nova legislação, havendo atualmente estudos para reformulação de alguns dispositivos.

Duas instituições previstas na legislação são essenciais ao bom funcionamento do sistema de bibliotecas: a Inspeção Nacional de Bibliotecas e o Bureau Central de Bibliotecas.

As principais funções da Inspeção são: o assessoramento e a coordenação das atividades das bibliotecas públicas. O Bureau Central é atualmente encarregado da catalogação centralizada e da venda de fichas, necessárias à composição dos catálogos e ao estabelecimento de padrões de equipamento e mobiliário.

Paralelamente funciona um serviço que se encarrega da aquisição, encadernação e venda dos livros editados no país e de interesse para as bibliotecas públicas.

3.2 – ORÇAMENTO

a) – Na Jamaica, os encargos financeiros do sistema são de responsabilidade do governo central e dos governos estaduais, cabendo ao primeiro arcar com a maior parte das despesas, especialmente a aquisição e processamento do acervo e a construção e melhoria de edifícios.

b) – O orçamento anual de cada biblioteca na França varia de acordo com o orçamento total da municipalidade. Dos recursos previstos, a Direção de Bibliotecas subvenciona de 20 a 40% do custo total da obra.

c) – As bibliotecas públicas dinamarquesas são amparadas por uma subvenção anual de até 45% do total do orçamento estabelecido pela biblioteca, para despesas correntes; ficando as despesas de construção como encargo exclusivo da municipalidade; havendo, entretanto, obrigatoriedade de submeter os programas e projetos à apreciação da Inspeção Nacional.

3.3 – BIBLIOTECAS ESCOLARES

No sistema dinamarquês, as bibliotecas escolares têm o mesmo desenvolvimento que as públicas e são regidas pela mesma lei; a colaboração entre as seções infantis das bibliotecas públicas e as escolares é obrigatória. Esse relacionamento, tanto do ponto de vista administrativo quanto financeiro gerou maior cooperação entre os bibliotecários e os professores que se ocupam da biblioteca escolar.

Quanto ao orçamento do governo central para bibliotecas escolares, o cálculo é feito na mesma base que as subvenções para as bibliotecas públicas; para a determinação do montante, considera-se que as bibliotecas públicas e as escolares formam um todo; a soma destinada à compra de volumes para as classes corresponde a uma percentagem determinada da soma total que a municipalidade despende com o material pedagógico. Essa percentagem é fixada pelo Ministério da Educação.

3.4 – CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

a) – O Serviço de Bibliotecas da Jamaica, com sede em Kingston, supervisiona o desenvolvimento das bibliotecas da ilha e centraliza as operações de seleção, compra e processamento de livros e periódicos, para crianças e adultos.

Compõem o sistema: bibliotecas estaduais e suas filiais, centros de livros, carros-bibliotecas e um serviço de empréstimo pelo correio.

b) – Na França não existe ainda catalogação centralizada. Está sendo feito um estudo da normalização das descrições bibliográficas e do tipo do material que tomará possível a produção e a distribuição automática das fichas. No momento em que esse serviço puder ser implantado, enormes economias serão feitas, pois cerca de um quarto do pessoal técnico das bibliotecas se ocupa com a catalogação.

c) – O Bureau Central de Bibliotecas centraliza, na Dinamarca, a catalogação e distribuição das fichas dos livros dinamarqueses. Os livros publicados no ex-

terior e que são adquiridos pelas bibliotecas não são catalogados pelo Bureau. Uma organização desse gênero é necessária num sistema composto de numerosas pequenas bibliotecas públicas, com bibliotecários em tempo parcial. Nesses casos é indispensável centralizar as operações de catalogação; é claro que a publicação de listas bibliográficas e de catálogos normalizados não pode ser feita de forma econômica, por pequenas bibliotecas. Um projeto de centralização da catalogação de livros estrangeiros está em andamento, e quando estiver em funcionamento as despesas atuais serão reduzidas de 20%.

3.5 – EDIFÍCIOS

Nos países estudados, a ação dos organismos centrais sobre os projetos de edificações para bibliotecas pode ser reconhecida através da adequação das necessidades da biblioteca com os aspectos econômicos e plásticos da construção. Isso significa que bibliotecários e arquitetos planejaram e especificaram programas que asseguram, por um lado, a manutenção de coleções de livros e outros meios de comunicação para a população local, e, por outro lado, garantem o crescimento modulado e funcional do edifício.

Para garantir os princípios de funcionalidade e flexibilidade das instalações são especificados e recomendados diversos tipos de equipamento e mobiliário, que condicionam e se integram a cada ambiente.

3.6 – PESSOAL TÉCNICO

Constitui característica geral das bibliotecas da Jamaica e da Dinamarca a importância da participação do corpo técnico no funcionamento e na integração biblioteca/usuário. O quadro técnico se desenvolveu, e hoje o bibliotecário passou a ter seu local de trabalho junto às coleções abertas ao público, para atender à procura de informação e pesquisa.

3.7 – PROGRAMAS DE ANIMAÇÃO

Em todos os países visitados foi observado o papel relevante que ocupam os programas de animação na vida das bibliotecas. Esses programas envolvem toda a comunidade, e na equipe que os organiza participam técnicos de outras especialidades, como por exemplo, os professores e os orientadores educacionais, que têm como atividade estimular os hábitos de leitura e de freqüência à biblioteca, mesmo para aqueles cujas condições físicas e intelectuais os haviam impedido de procurá-la espontaneamente.

4 – SUGESTÕES

É importante reconhecer a posição da UNESCO em seu Manifesto:

“a biblioteca pública é uma prova de fé da democracia na educação de todos, como um processo contínuo, ao longo da vida, assim como na aptidão de todo mundo para conhecer as conquistas da humanidade no campo do saber e da cultura.”

“A biblioteca pública é o principal meio de dar a todas as pessoas livre acesso à soma dos conhecimentos e das idéias do homem e às criações de sua imaginação.”

Para colocar em termos objetivos as necessidades de melhoria das bibliotecas existentes e de implantação de um sistema de bibliotecas públicas que seja capaz de atender às comunidades urbanas e rurais sugerem-se os seguintes mecanismos operativos:

4.1 – A criação de um dispositivo legal de aplicação e obrigatoriedade gerais, que possa ser aplicado de imediato e de maneira progressiva.

4.1.1 – Deve ser criado um organismo central encarregado de supervisionar as disposições da lei. É essencial que dos quadros desse organismo participem bibliotecários qualificados, que tenham as funções de aconselhamento, de inspeção e de estudo para o estabelecimento de padrões mínimos de construção e instalação de bibliotecas.

4.1.2 – A existência de um organismo central não deve ocultar a necessidade de criação de organismos locais, aos quais seriam transferidos certos poderes. A biblioteca pública é um serviço voltado para a comunidade local; caberia, portanto, aos organismos locais, estimular o interesse da comunidade pela biblioteca e pela melhoria de seus serviços.

4.1.3 – A lei deve assegurar o suporte financeiro para o funcionamento dos serviços de bibliotecas públicas. Os encargos deverão ser divididos entre o governo federal e os governos locais, cabendo, contudo, as maiores parcelas, ao governo federal, que nos países subdesenvolvidos se encontra melhor capacitado para suportar esse ônus.

4.1.4 – Deve ser estimulada a criação de centrais de catalogação que proporcionam uma considerável redução das despesas operacionais e liberariam os bibliotecários para tarefas ligadas à informação e à pesquisa.

4.2 – A simples instalação de edifícios de bibliotecas não será suficiente para atrair e manter usuários. É preciso conhecer a comunidade. Esse conhecimento

deverá ser feito através de estudos de caráter científico, que determinem a composição da comunidade, isto é: nível econômico, nível cultural, faixa etária e aspirações. A análise desses dados determinará a quantidade e a qualidade do acervo; a identificação de espaços úteis e o estabelecimento de programas de educação permanente.

4.3 — A imagem projetada pela biblioteca pública nas condições atuais é a de um “depósito de livros”. É preciso modificar essa imagem, transformando-a, ampliando a sua forma e colorindo-a de cores fortes e vivas. Essa mudança deverá ser feita com a inclusão no acervo de outros meios de comunicação que não o livro, tais como: filmes, discos, cassetes, cursos de língua.

Outro fator de mudança será uma cuidadosa preparação dos programas de animação, que possam atrair e criar condições de frequência à biblioteca, mesmo de analfabetos. Ao mesmo tempo, poderão ser oferecidos outros tipos de serviços, tais como jogos, máquinas de escrever, de calcular, exposições, televisão educativa.

5 — CONCLUSÃO

As bibliotecas públicas não devem ser privilégio de minoria. É importante que o conhecimento moderno seja colocado a serviço da sociedade. São as bibliotecas que exercem esse papel fundamental. O conjunto das bibliotecas regionais deve formar subsistemas do sistema nacional de informação.

Abstract

The situation of the northeast public libraries. Sugestions to a modification, got from comparative studies from the Jamaica, France and Denmark systems.

6 — REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERACION INTERNACIONAL DE ASOCIACIONES DE BIBLIOTECÁRIOS.
Normas para bibliotecas públicas. Madrid, ANABA, 1974.

GARDNER, Frank M. *Législation relative aux bibliothèques publiques; études comparative*. Paris, UNESCO, 1972.

GARDNER, Frank M. Public Library aims and objectives. *Unesco Bulletin for libraries*, Paris, 27(4): 208-219 July/Aug. 1973.

HOPKINS, Judith. The Ohio College Library Center. *Library Resources & Technical Services*, Ohio, 12(3) 1973.

- JAMAICA, Leis, decretos etc. **The Jamaica Library Service Law**. November, 1949.
- LENGRAND, Paul. **Introduction à L'éducation permanente**, Paris, UNESCO, 1970.
- PENNA, Carlos Victor. **La planification des services de bibliothèques et de documentation**, Paris, UNESCO, 1971.
- PLOVGAARD, Sven. **Public library buildings**. London, Library Association, 1971.
- ROBINSON, Joyce. Rural Library development in Jamaica. **Unesco bulletin for libraries**, Paris, 27(4): 213-218. July/aug. 1973.
- ROYAL DANISH MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Press and Cultural Relations Department. **Denmark, an official handbook**. Copenhagen, 1974.
- UNESCO. **Systèmes nationaux d'information (NATIS)**. Paris, 1974.
- WARMINGTON, Cynthia M. et alii. **Jamaica Library Service 21 years of progress in pictures, 1948-1969**. Kingston, Jamaica Library Service, 1972.
- WITHERS, F.M. **Standards for library service: an international survey**. Paris, UNESCO, 1974.